

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**SEPULTAMENTOS E CEMITÉRIOS NA PROVÍNCIA DO AMAZONAS
(1850-1889)**

Bolsista: Pedro Henrique Maia Braga, CNPq

MANAUS
2011

[Digite texto]

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIB-H/0084/2010
**SEPULTAMENTOS E CEMITÉRIOS NA PROVÍNCIA DO AMAZONAS
(1850-1889)**

Bolsista: Pedro Henrique Maia Braga, CNPq
Orientador: Prof. Dr. Hideraldo Lima da Costa

MANAUS
2011

[Digite texto]

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma do serviço de saúde pública do Amazonas (1852-1870).....	18
Cemitério São José.....	25

LISTA DE ABREVIATURAS

JCHP – Junta Central de Higiene Pública

SM – Sociedade de Medicina

AIM – Academia Imperial de Medicina

SMRJ – Sociedade Médica do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
RESUMO.....	6
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2 SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SAÚDE PÚBLICA NA PROVÍNCIA DO AMAZONAS.....	15
3 CEMITÉRIOS E SEPULTAMENTOS PROVÍNCIA DO AMAZONAS: ESPAÇOS E COSTUMES A DISCIPLINAR.....	24
4 CONCLUSÃO.....	33
FONTES E REFERÊNCIAS.....	35
CRONOGRAMA.....	39

RESUMO

O período brasileiro de 1850 a 1889 é marcado por grandes transformações sociais em todo o Brasil. A data versa sobre a implementação de instituições ligadas ao Império, cujo atributo principal era o de centralizar as demais provinciais em torno do Governo Central, representado pela figura do imperador. As instituições de saúde imperiais, como a Junta Central de Higiene Pública e, posteriormente, a Inspetoria de Higiene são as detentoras oficiais das diretrizes que deveriam ser acatadas pelas esferas de saúde nas demais províncias brasileiras. A coincidir com esses eventos, está o nascimento da província do Amazonas, cujas instituições, dentre elas a de saúde, germinam inseridas no presente contexto. Nesse sentido, disciplinam sobre os portos, as cidades e, também, sobre os cemitérios, que passam, mediante as colocações imperiais, a serem espaços obrigatórios em todas as cidades do país. Os médicos, principais agentes disciplinadores do governo no período, galgarão, a cada dia, mais poder e influência social na remodelação das cidades. Seu discurso, revelador de um pensamento médico específico da época, tende a reprovar as práticas coloniais de sepultamentos, dentro das igrejas, apregoando sobre a necessidade de uma nova prática tida como civilizada, os enterros nos cemitérios. Através de documentos oficiais da época, Relatórios, Falas, Exposições, oriundas do aparelho de Estado, tentamos penetrar nesse mundo a fim de perceber tanto a organização da instituição de saúde do Amazonas quanto à abertura dos cemitérios e a disciplina dos sepultamentos nessas novas cidades dos mortos.

Palavras chave: Amazonas provincial; instituições de saúde; cemitérios; discurso médico.

INTRODUÇÃO

Quando iniciamos a pesquisa em agosto, duas atividades logo nos foram conduzidas. A de que nos reuniríamos com nosso orientador e, em seqüência, receberíamos a listagem das obras e documentações que deveríamos ler. Na reunião pudemos estabelecer possíveis redefinições futuras à pesquisa, se esta, porventura, não fosse contemplada com materiais pertinentes ao seu desenvolvimento. Até aqui nossos esforços têm obtido sucesso, dado a quantidade notável de artigos, livros, teses, etc. sobre o tema; a considerar, também, que nossas fontes principais já vinham sendo identificadas e organizadas há algum tempo. Ainda nesse mês tivera contato com os primeiros referenciais teóricos e documentais.

Em sua constância, das leituras desses materiais foram surgindo as pistas, os indícios tão almejados. Diante de informação tão plural do período por nós estudado – sobre os cemitérios; administração das instituições, relações dos médicos com os sepultamentos –, encontrada em Relatórios, Mensagens, Exposições confeccionados por pessoas ligadas diretamente ao nicho administrativo da Província do Amazonas, tivemos que organiza-los para evitar futuros embaraços. O mesmo fez-se para o referencial bibliográfico.

Temos nos inclinado também para relatórios e livros de cientistas, sobretudo médicos que à época escreveram sobre a importância da ciência como prática civilizadora.

A fim de organizarmos estas informações trabalhamos as tradicionais fichas de pesquisa: fichamentos. Redigíamos uma ficha geral a princípio. Depois, passávamos para uma ficha temática, mais delimitada que a anterior. Diante da variedade temática, fizemos um sumário de títulos específicos constando número da ficha e tema.

As fichas temáticas, ao possibilitarem praticidade no momento da análise do conhecimento selecionado, viabilizaram o relacionamento dos dados. Nesse sentido, a configuração de um panorama para a pesquisa representou fenômeno esperado.

Todo nosso referencial teórico e documental pertence a instituições. A maior parte bibliográfica vem das bibliotecas desta universidade. Para o acesso aos documentos/fontes – Relatórios, Mensagens, Exposições –, três pontos institucionais estão sendo freqüentados: o Museu Amazônico, da Universidade Federal do Amazonas; O Arquivo Público do Estado do

[Digite texto]

Amazonas; e, ainda, a biblioteca digital da Universidade de Chicago, EUA, facilmente encontrada pelo endereço eletrônico www.crl.edu Todos os institutos descritos detém expressiva parte da documentação trabalhada nesta pesquisa. É com eles, portanto, que temos entrelaçado contato, até agora, para a cessão das fontes necessárias para a execução do projeto.

É verdade que nossas fontes emanam do Estado, e as marcas da oficialidade lhes são presentes. Quando escritas para atestarem a situação da Província em suas faces diversas: economia, colonização, finanças, saúde pública, etc., o ofuscamento de muitos aspectos da realidade é manifesto. A considerar tamanha especificidade, o olhar apurado do historiador é peça importantíssima para se penetrar num mundo certamente desconhecido e que precisa ser resgatado. À medida do historiador Jacques Le Goff, estas fontes, documentos, resultantes de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que as produziram, são fruto da força motora das sociedades históricas, cujo intuito compreende o de impor aos dias vindouros determinada imagem de si próprias; é um produto social fabricado mediante as relações de força que nela detinham o poder.¹

E se consideramos a realidade social como palco de tensões políticas, conflitos entre os grupos que a compõem, nossa pesquisa tem caminhado sobre uma constante contraposição, embora não descartemos as eventuais circularidades entre os grupos: a relação médico-população; civilização-práticas tradicionais; Província-Corte; cemitérios ou igrejas como locais de inumação.

No relatório, apresentamos o desenvolvimento parcial de nossa pesquisa. Até aqui nossos objetivos têm conseguido ser argumentados em virtude da relativa quantidade documental de que dispomos, embora as informações sejam mais fartas para algumas questões que para outras. Compreender como funcionava a estrutura administrativa das instituições de saúde pública no Amazonas provincial talvez seja um dos nossos objetivos mais desafiadores, pois, entre eles, é o que mais tem carecido de documentações específicas, como, por exemplo, os regulamentos e legislação sobre os cemitérios e os serviços de saúde confeccionados pela Câmara Municipal: material ainda em busca pelos arquivos ou bibliotecas. Por outro lado, a análise dos discursos médicos sobre os sepultamentos tidos como impróprios à salubridade da região e a identificação dos cemitérios que existiram pela

¹ LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. In: _____. *História e Memória*. São Paulo: Unicamp, 1992. p. 535-549.

Província, pode-se dizer, apresentam maior quantidade de materiais. Embora não sejam muitos os trabalhos que focalizam especificamente a temática no Amazonas, existem artigos e fontes primárias que nos possibilitam bases sólidas para a pesquisa.

A estrutura administrativa da saúde do Amazonas, desde 1852, quando a Província é instalada, foi ganhando corpo com muitas dificuldades bem como sua atuação limitada por causa dos poucos recursos de que dispunha. A contínua dependência do Pará quanto a injeções de renda e materiais elementares para seu funcionamento ainda se estenderia por muito tempo. Somente a partir do final da década de 1860 que os avultados lucros oriundos da exportação da borracha possibilitarão ao governo amazonense investir maior soma no serviço de saúde da Província.

Vinculada diretamente aos regulamentos da Junta Central de Higiene Pública, as Provedorias de saúde desempenharão o papel principal na estrutura organizativa dessa instituição. Os surtos epidêmicos acabavam, a rigor, direcionando a ação dos médicos; ditavam sobre normas de higiene do corpo, dos espaços urbanos, etc.

Os cemitérios, tal como os conhecemos, passam a existir nesse período no Amazonas. A construção de cemitérios isolados ou distantes dos centros urbanos era reflexo das ações dos médicos, pois acreditavam na existência dos miasmas de putrefação, fatores primordiais na proliferação de doenças. Nesse sentido, o distanciamento dos sepulcrários tinha haver com a manutenção da ordem urbana e social.

Então seriam vários os cemitérios que apareceriam no Amazonas desde a instalação da Província até sua passagem para a condição de Estado, após a instauração do regime republicano. De acordo com nossas pesquisas, o cemitério dos Remédios pode ser considerado o primeiro, pois, em virtude dos sepultamentos executados sem as normas higiênicas adequadas, ele foi ativado provisoriamente. Não tardaria, entretanto, para que fosse substituído pelo São José, que ficava longe do centro urbano cada dia mais inchado.

Da dificuldade de ser manter o cemitério de São José, logo ele cederia lugar a um outro, cujo local, por estar situado numa área mais longínqua da cidade, foi delimitada a fim de que ali fossem feitos os rituais de sepultamentos. Embora o cemitério de São João Batista seja caracterizado, por parte dos líderes provinciais, como inédito do ponto de vista dos

[Digite texto]

sepultamentos, por ser mais democráticos que os demais e, em projeto, garantir o enterro de indivíduos não ligados a fé católica, ele assistiu a um impasse em virtude de se encontrar muito próximo das fontes abastecedoras de água da cidade. Para as teorias médicas da época, tal relação era inconcebível, uma vez que esses ambientes não deveriam estar localizados próximos aos centros urbanos.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os estudos sobre a História da Saúde Pública ganharam amplitude e importância no âmbito da historiografia brasileira somente no final dos anos de 1980. Antes, entretanto, parecem ter sido objeto de poucos pesquisadores brasileiros. Hoje, pode-se destacar a presença do tema em eventos científicos de natureza diversa; da História a Sociologia, sempre há pesquisadores interessados.

A realidade desses estudos no Amazonas, entretanto, ainda é diferente. A considerar um sensível avanço há alguns anos, como os trabalhos de graduação e pós-graduação, em grandes linhas, sua presença ainda é exígua se comparada com pesquisas em nível nacional. Dentro dessa realidade em que se encontra a temática na região, qualquer estudo sobre assuntos direta ou indiretamente ligados ao tema logo se tornam obstáculos descomunais a transpor, mas não intransponíveis.

Foi a partir das especificidades e da situação em que se encontram os estudos do tema na Amazônia que fomos incorporando livros, artigos, teses, dissertações, etc. Algumas de âmbito nacional, outras regional. Ao entrelaçarmos diálogos, pertinências surgiram.

Se temos nos debruçado sobre o Amazonas provincial, obras que possam clarificar sobre os aspectos gerais do período são de importância singular. Até aqui, trabalhos de referência como “*A Autonomia do Amazonas*” de Arthur Cezar Ferreira Reis; “*História Econômica da Amazônia*”, Roberto Santos. Ainda a dissertação de mestrado de Regina Márcia Lima, “*A Província do Amazonas e o Sistema Político do Segundo Reinado*”; e, por ora, o livro Barbara Weinstein titulado “*A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*”. Estas obras têm nos ajudado a compreender a Amazônia e, em estrito, o Amazonas provincial. A abrangência política, econômica e social dessas obras são notórias.

Em 1850 o Amazonas começava a passar por transformações sensíveis ao ser elevado a categoria de Província, por conseguinte, conseguindo sua autonomia em relação ao Pará. É o que nos demonstra Arthur Cezar Ferreira Reis. Outra importante contribuição é a de Regina Márcia Lima. Ao versar sobre a posição da província do Amazonas no sistema político imperial do Segundo Reinado, discorre também sobre os motivos e processo que levou à

[Digite texto]

emancipação da Província. Para a autora, o parlamento paraense fora peça fundamental no empreendimento do projeto, pois, diante de suas péssimas condições, o abandono da população, do comércio, agricultura e da indústria, em suma, toda a míngua em que se via a Província só poderia ser revertida se fosse instaurado um governo autônomo que gozasse de um aparato administrativo. A compreensão da autonomia do Amazonas, ocorrida num momento tão significativo para a saúde pública no Império, permite vislumbrarmos como o Amazonas foi sendo incorporado como nova Província ao governo central, bem como, em virtude de sua emancipação, tratou a questão da formação de um corpo administrativo para a saúde pública local.²

O impulso econômico vertiginoso, ainda que com agravos somente de 1870 em diante, mas que começa timidamente em 1850 com as primeiras procuras pelo látex, proporcionou o aumento da renda interna com os avultados lucros derivados da economia exportadora da borracha. Esse crescimento econômico gradual, embora com muitas variações até 1920, foi responsável pela atração de grande contingente de nordestinos à fuga das estiagens que castigavam aquela região. A população do Amazonas começa a apresentar números até então incomuns a Província. Somados aos locais, Manaus inchara até 1889. Este quadro nos expõe Roberto Santo e Barbara Weinstein.³ Dados essenciais para nossa pesquisa, porque possibilitam que nos aproximemos da relação entre surtos epidêmicos sobre população tão dilatada e a reação das instituições de saúde e médicos sobre os enfermos da Capital e do interior e como, em conjunto, ditavam normas de higiene e sepultamentos, oriundas de um aparato científico, sobre pessoas praticantes de costumes tradicionais de ambos os casos.

No concernente a obras mais direcionadas à saúde pública: cientistas médicos; o papel civilizador da ciência desdobrada numa de suas facetas, a medicina, ao, por exemplo, ditarem sobre os sepultamentos; e a própria estrutura administrativa das instituições de saúde do Amazonas: são obras de âmbito regional e nacional.

²LIMA, Regina Márcia. *A Província do Amazonas e o Sistema Político do Segundo Reinado*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1978.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Autonomia do Amazonas*. Manaus: Ed. Estado do Amazonas, 1965.

³ SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980;

WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

[Digite texto]

Dentro do quadro regional temos trabalhado com Arthur Vianna e seu “*As Epidemias no Pará*”, e a dissertação de Cybele Morais da Costa “*Socorros Públicos: as bases da saúde pública na província do Amazonas*”. Ambos os trabalhos, em grandes linhas, expõem sobre a atuação da administração das instituições de saúde pública do Pará e Amazonas, respectivamente. Vianna enfatiza o papel da instituição paraense ante a incidência de surtos epidêmicos e os fatores que lhes favorecem. Do trabalho de Vianna temos incorporado algumas categorias. Ademais, para a nossa pesquisa, a dissertação de Cybele Costa tem sido essencial, pois remonta com perspicácia assuntos importantes da Saúde Pública do Amazonas. Entre eles figura a formação da estrutura administrativa das instituições de saúde pública na Província; como se relacionavam com o governo central, representado nesta esfera pela Junta Central de Higiene Pública; o papel dos profissionais atuantes dentro da instituição, e como se organizavam em hierarquia. Possibilita também identificar como e por que os discursos médicos tendiam a disciplinar sepultamentos em locais apropriados e qual o objetivo dessas práticas. Ainda na mesma autora, ajuda-nos a compreender a conjuntura histórica que possibilitou a constituição das instituições de saúde no Amazonas.⁴

No contexto nacional, as obras de maior relevância diretamente vinculadas a nossa pesquisa são “*Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*” cujo autor é Sidney Chalhoub. “*O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*”, de Lilia Moritz Schwarcz; e os artigos insertos no periódico “*História, Ciências, Saúde*” da FIOCRUZ. Merece destaque: “*Teorias Médicas e Gestão Urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza*”, artigo de Maria Clélia Lustosa Costa.

Ao discorrer sobre o exercício da medicina e das instituições de saúde no Império, Chalhoub demonstra nesse período, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX, o germinar de ideologias derivadas do pensamento médico-científico: *a ideologia da higiene e a da administração competente*. Para os cientistas médicos da época, o grau de civilização de um povo poderia ser mensurado, entre outros fatores, através de sua realidade sanitária. A ciência, à época muito cotada como ferramenta precípua para o caminho civilizador, possuirá um discurso neutro sobre suas ações. Os cientistas vão ganhando cada vez mais espaço dentro dos órgãos públicos. Dentro dessas instituições, aliada ao discurso científico, toma força a

⁴ COSTA, Cybele Morais da. *Socorros Públicos: as bases da saúde pública na província do Amazonas (1852-1880)*. Dissertação de Mestrado. Manaus, 2008;

VIANNA, Arthur. *As Epidemias no Pará*. Universidade Federal do Pará: Belém, 1975.

[Digite texto]

ideologia da administração competente, cujo pressuposto é o da gestão técnica da coisa pública. Esses conceitos trabalhados por Chalhoub têm nos ajudado a pensar como as instituições de saúde, ao incorporarem esses ditames, agiram sobre a sociedade; de que modo tentaram estabelecer padrões de conduta higiênica sobre os indivíduos e, se eles resistiam, evidenciar os modelos coercivos.⁵

Não muito distante da linha historiográfica de Chalhoub está Schwarcz com sua análise sobre os cientistas e instituições no Brasil imperial e republicano. A autora, entretanto, focaliza em sua pesquisa as teorias científicas, mormente européias e norte americanas, que influenciaram os cientistas brasileiros na construção de um modelo científico-nacional. Muito caracterizados por certo ecletismo, os cientistas brasileiros lançaram mão dessas teorias a fim de legitimar suas ações civilizadoras sobre a sociedade. Seu livro têm reforçado nossos objetivos, embora mais diretamente o que analisa o discurso médico sobre os sepultamentos e a importância do cemitério ser isolado, longe do ambiente urbano.⁶

O periódico “*História, Ciências, Saúde*” tem nos interessado por ser uma rica fonte de artigos sobre a ciência de modo geral, bem como sobre a saúde pública. Um trabalho essencial para nós é o de Maria Costa, acima referido. Ela olhou para um fenômeno ocorrido no Ceará do XIX: a estiagem de 1877-79. Sua análise enfatiza um grande movimento migratório que sai do sertão para o centro, Fortaleza, em virtude da seca e acometimentos sucessivos de moléstias. O que nos interessa em seu artigo é o modo como analisa a reação dos médicos sobre os surtos epidêmicos e como caracterizavam a origem das doenças e o que ditavam como norma científica para empacar o desenvolvimento das enfermidades.

Estas são as principais obras a conceituar nossa pesquisa. A inclusão dos conceitos e visões dos diferentes autores são incorporados em conjunto com a análise de outros trabalhos e com nossas fontes, já descritas na Introdução.

⁵ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

2. SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA SAÚDE PÚBLICA NA PROVÍNCIA DO AMAZONAS

1850 foi um ano marcante para o Amazonas. Época testemunha de sua elevação à categoria de Província pelo decreto de 5 de setembro daquele ano. A verdade é que motivos, hoje elucidados, estimularam parlamentares a desligar o Amazonas do Pará. Dizia-se nos relatórios provinciais que tudo caminhava em perfeita ordem no Amazonas, mas as pesquisas recentes e outros documentos do período mostram outra face: uma região em péssimas condições, abandonada pela população, principalmente indígena; comércio, agricultura e indústria em decadência. Desses aspectos procedeu-se a importância de sua emancipação. No discurso dos parlamentares paraenses, a situação de um lugar isolado e longínquo em relação ao Pará e a Corte só poderia ser revertida com a criação de um governo autônomo bem como um aparato administrativo provincial.⁷A afirmação de um corpo administrativo próprio subordinado à Corte permitiria uma maior aproximação do Amazonas com o poder central.

Instalada a Província em 1852, o Amazonas ainda figurava em plano secundário no cenário político e econômico do Império. Compunha sua economia a agricultura de subsistência, extração das drogas, caça e pequeno comércio. Na esfera administrativa muito ainda se precisava fazer. Apenas implantar uma nova estrutura administrativa não era bastante para sanar os problemas estruturais existentes, era necessário ter condições para gerar o seu desenvolvimento social. A promoção de recursos imediatos à altura dos problemas que a Província passava, entretanto, não foi de imediato concebido, a permanecer suspensa, mesmo, até o final da década de 1870. O impulso econômico adiante agravado pela extração da borracha (*Hevea brasiliensis*) proporcionou o aumento da renda interna⁸, sendo possível, assim, maior investimento no campo administrativo e, pelo menos, mínima integração ao restante do Império e aos principais centros capitalistas da Europa e América. Embora autônomo, o Amazonas ainda assistiria por algum tempo a baixa arrecadação de seus cofres públicos e dependeria do Pará em aspectos, principalmente, a socorros financeiros e suprimentos complementares, algumas vezes enxertados pela Corte, até fins da década de 1860.

⁷ LIMA, Regina Márcia. *A Província do Amazonas e o Sistema Político do Segundo Reinado*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1978. p. 22.

⁸ SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

O aspecto evolutivo da renda interna da região está presente em todo o livro do autor. A propósito, esta é base estrutural de sua obra.

No plano demográfico, a população só tenderia a aumentar. Nos interiores ou na Capital, entre 1850 e 1870 as migrações transpõem a fronteira do Amazonas e rumam aos seringais dos rios Madeira e Purus. Se em 1840 a antiga Capitania de São José do Rio Negro mal ultrapassava o marco de 20.000 habitantes, em 1870 estes chegam à faixa de 55.000. Mas é a partir de 1870, sobretudo 1877, com a estiagem nordestina, que a entrada de contingentes daquela região ganha pleno impulso na Amazônia.⁹ Para Cybele Costa, os censos de 1872 e 1890, respectivamente, mensuram 57.610 e 147.915 indivíduos para o Amazonas. Conforme o censo de 1872, a maioria dos habitantes eram “caboclos que viviam em pequenos núcleos populacionais às margens dos principais rios da bacia amazônica”.¹⁰

A condição sanitária do amazônida, no entanto, resumia-se a constantes acometimentos de doenças. O quadro das moléstias reinantes no período é extenso, a destacar febres de tipos variados, malária, varíola, lepra, entre outras. O número de óbitos também não era pequeno. Algumas informações sobre os assentamentos do cemitério São José atestam, só de 1 de janeiro a 31 de agosto de 1857, 8 meses, 58 óbitos.¹¹ E de janeiro a março, não se sabe, entretanto, se do ano de 1860 ou 1861, haviam sepultado “89, sendo em janeiro 45, em fevereiro 24, e em março 20”!¹² Outro fator agravante da situação era a carência de médicos. Ainda com base nesses relatórios, até 1870 não foram muitos os médicos que aportaram no Amazonas.

1850 também foi transformador para a saúde pública imperial. Era estreada na Corte a Junta Central de Higiene Pública. O que podemos apreender tanto de nossas fontes como do trabalho de Cybele Costa é a relação que se teceu entre a nascente instituição de saúde pública do Amazonas e a Junta. Para Costa, a JCHP representou o ápice da política centralizadora imperial no campo da saúde pública, principalmente no que tangia ao seu papel de órgão consultivo do governo no campo da saúde e da salubridade. Estava subordinada diretamente ao Ministério do Império. Assim, ficava sob a responsabilidade desse Ministério a cessão de recursos direcionados às despesas da Junta Central bem como aos destinados ao combate de

⁹ Idem, p. 76-98.

¹⁰ COSTA, Cybele Moraes da, op. cit. 2008. p. 30-31.

¹¹ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Fala Dirigida pelo Presidente da Província Angelo Thomaz do Amaral*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1858. p. 72.

¹² PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Fala Dirigida pelo Presidente Manoel Clementino Carneiro a Cunha*. Manaus: Typ. de F. J. da S. Ramos, 1861. p. 31.

[Digite texto]

moléstias que se manifestavam com caráter epidêmico.¹³ Quando a instituição amazonense começava a dar seus primeiros passos, já se encontra vinculada a esse novo regime institucional.¹⁴

Nesse sentido,

a centralização da saúde imperial se deu primeiramente em razão da ordem estabelecida, conforme vimos nos anos de 1850. Sob este aspecto cabia a Junta Central e por extensão aos seus regulamentos atender e refletir a ordem imposta. Dessa forma era através das disposições da JCHP que o governo central retirava das províncias o poder de legislar sobre o funcionamento e a organização dos seus próprios serviços de saúde pública. Excetuando-se neste caso a autonomia concedida às câmaras que possuíam autonomia para aprovar as posturas municipais nas quais regulamentavam alguns aspectos referentes à manutenção da salubridade dos espaços públicos, a exemplo das determinações a respeito dos lugares para enterramentos e para o despejo de dejetos.¹⁵

No entanto, foi através de seus regulamentos, o primeiro de 29 de setembro de 1851 e o segundo de 19 de janeiro de 1882, que a Junta pôde controlar as instituições de saúde das demais províncias. Pois eles possibilitavam à JCHP estabelecer a estrutura organizativa, e o seu funcionamento e campo de atuação nas províncias e na Corte do Império. Regulamentavam, também, o exercício da medicina e das atividades de polícia médica. Se os membros da Junta, na Corte, eram escolhidos com a livre nomeação do governo imperial, nas províncias esta escolha estava a cargo do presidente provincial.¹⁶

Ambos estabeleciam algumas diretrizes: o primeiro, por exemplo, impunha que houvesse Comissões de Higiene Pública (CHP) em províncias portuárias. Deveriam ser compostas por pelo menos dois membros, sendo eles o Comissário Vacinador e o Provedor de Saúde do Porto. Porventura houvesse o cargo de delegado do Cirurgião-mor, este deveria incorporar-se à Comissão como um de seus membros. Para o Amazonas, entretanto, determinava-se somente a existência do Provedor de Saúde Pública.

¹³ De acordo com estudiosos do tema, a saúde pública imperial era caracterizada como emergencial. A cessão de recursos por parte do governo central ocorria apenas em épocas de surtos epidêmicos, de certa calamidade sanitária.

BERTOLLI FILHO, Claudio. *História da Saúde Pública no Brasil*. 4. ed. 11. impr. São Paulo: Ática, 2008.

¹⁴ COSTA, op. cit. p. 46-47.

¹⁵ *Ibidem*, p. 52.

¹⁶ *Ibidem*, p. 47-48.

[Digite texto]

À medida dos Regulamentos da Junta, no Amazonas haveria o Provedor de Saúde Pública, que ficava assentado na capital.¹⁷ Ele deveria ser nomeado diretamente pelo presidente da província e entre suas atribuições estava a de Comissário Vacinador e de Inspetor de Saúde do Porto. Nos interiores, mais distantes da Capital, o Provedor era auxiliado pelos Delegados e Subdelegados da Secretaria de Polícia. Em períodos epidêmicos esse auxílio se estendia aos funcionários das Câmaras Municipais, aos religiosos e a alguns cidadãos que gozavam de prestígio social nas vilas das quais faziam parte.¹⁸ O presidente Herculano Ferreira Penna, em 1854, também alarmava sobre o estado sanitário da Província, e ia além, confirmando a organização do serviço de saúde; quando dizia que

em todo Solimões e Rio Negro não ha nem medicamentos nem medicos homoeopathas. O modo melhor para propagar a vaccina me parece que deve ser por intermedio dos Parochos de todas as Freguezias onde não houverem medicos, ou das pessoas que gosarem de mais sympathias nos lugares onde não houverem padres.¹⁹

É dentro desse contexto local que os aparelhos administrativos da Província vão ganhando forma. A precariedade dos serviços públicos era visível. Faltavam materiais elementares, profissionais e meios que pudessem promover assistência médica. A insuficiência desses recursos públicos acabou enfraquecendo a capacidade do governo provincial de empregar soluções que permitissem a organização de um serviço de saúde pública que suprisse as necessidades de uma população com tendências ao crescimento. Nas palavras de seu primeiro presidente, Tenreiro Aranha relata o quadro físico das próprias secretarias:

Não tendo nenhum dos proprios Nacionaes, dos existentes nesta Capital, accomodações sufficientes e decentes para o Presidente ter sua residencia, a Secretaria da Provincia, e a do expediente militar, fiz contractar um predio de sobrado, em que estou residindo, e se achão as ditas Secretarias.²⁰

No entanto, a partir de Cybele Costa é possível se aproximar, com base no seu fluxograma do serviço saúde da Província, e perceber como essa instituição estava aparelhada e de que forma atuava sobre o Amazonas.

¹⁷ Parece-nos que o primeiro Provedor de Saúde Pública do Amazonas foi o dr. Antonio José Moreira, em 1855 nomeado pelo então presidente da Província em exercício.

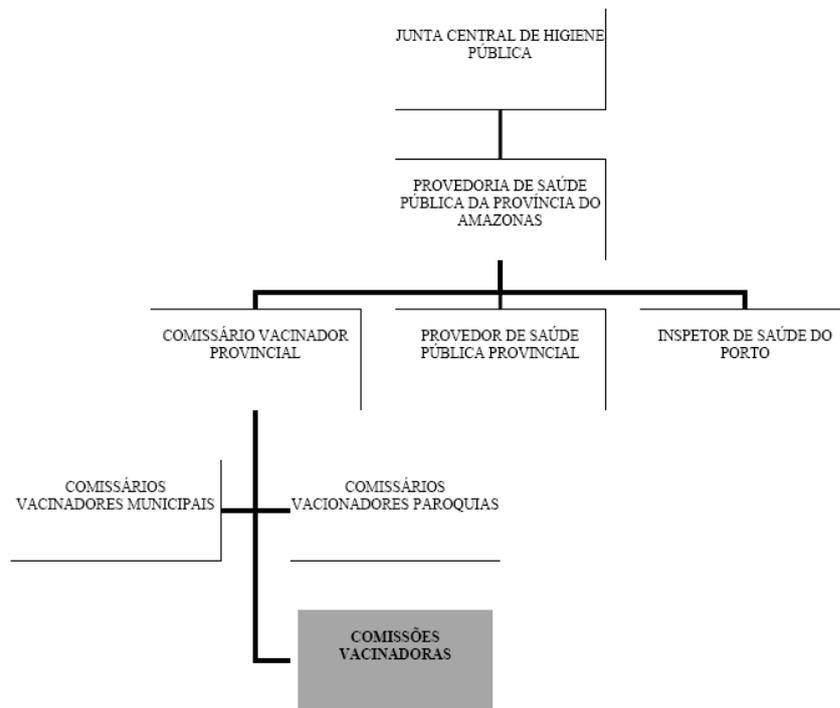
¹⁸ Ibidem, p. 48.

¹⁹ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Fala Dirigida pelo Presidente da Província Herculano Ferreira Penna*. Barra do Rio Negro: Typ. de M. S. Ramos, 1854. p.7.

O excerto acima foi extraído das considerações médicas insertas nos relatórios dos drs. Antonio Moreira e Marius Porte; anexados à Fala Presidencial.

²⁰ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório que João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha fez sobre o Estado da Província do Amazonas depois de sua Instalação*. Amazonas: Typ. de M. da S. Ramos, 1852. p. 74.

[Digite texto]



Legenda:

□ = Caráter permanente.

■ = Organizadas somente em épocas epidêmicas.

21

O quadro acima equivale ao período de 1852 a 1870. À base de nossa documentação, a configuração de um corpo voltado para a saúde pública começa a surgir entre 1852 adiante. Em 1853, por exemplo, já se acham dois médicos que fazem parte do corpo de saúde do exército e parece-nos encarregados da enfermaria militar. Esse órgão cuidou tanto do contingente militar quanto civil, pois “acha-se [também] encarregado de curar os enfermos pobres em virtude de um Contracto feito com a Camara Municipal, e approvedo pela Presidencia”.²²

Como percebido, a relação entre Junta e Provedoria era direta. Neste caso a Provedoria já estava constituída com o Comissário Vacinador, o Provedor e Inspetor de saúde do porto.

²¹ Este fluxograma foi desenvolvido pela historiadora Cybele Costa, e está inserto na sua dissertação de mestrado.

COSTA, Cybele, op. cit. p. 49.

²² PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Exposição feita pelo Presidente Herculano Ferreira Penna*. Cidade da Barra: Typ. de M. S. Ramos, 1855. p. 4.

[Digite texto]

Os Comissários Vacinadores poderiam ser, por sua vez, tanto Municipais como os Paroquiais, considerando os vacinadores por excepcional interesse público: os cidadãos bem quistos em suas vilas.

Para um fenômeno migratório a cada dia crescente unido aos surtos epidêmicos da época, estabelecer uma estrutura mais organizada e eficiente era condição elementar para manter a ordem sanitária na região. Eficiência e organização foram metas programadas por muitos dos presidentes de província, embora, no mais das vezes, como temos evidenciado em nossas fontes, alcançadas com muita dificuldade. A questão é que a JCHP, na condição de órgão máximo da saúde pública do Império, parecia não dar a devida atenção às necessidades das províncias periféricas. É possível que deva ter mantido relações distintas entre as províncias mais dinâmicas e próximas do centro às distantes, como a do Amazonas. Desta forma, as instituições de saúde pública do Amazonas tiveram que funcionar dispendendo de um míngua aparato estrutural básico, problema que se refletiu em seu próprio serviço, quando este não conseguia manter certa regularidade na execução dos serviços sob seu encargo.

Se os investimentos do governo central no Amazonas, e, por alcance, na saúde pública, eram parcos, Roberto Santos constrói argumentos interessantes sobre essa questão. O autor aponta para um investimento desproporcional em relação à verba enviada pela Província, posterior Estado, ao governo central e o retorno de recursos pelo menos proporcionais ao remetido. Em 1913, um deputado federal, Luciano Pereira, representando o Estado do Amazonas, denunciava à Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro que desde 1852, a região amazônica tinha entregue ao governo federal 1 milhão de contos de réis, enquanto as despesas da União na Amazônia não havia passado de 250 mil contos. Era uma relação de 4 para 1 o investimento do Centro para toda a Amazônia, sem especificar a posição do Amazonas inserido nesse “colonialismo interno”.²³

Só a partir de 1880 é que a ampliação das ações de saúde pública ganhariam nota em virtude dos melhoramentos urbanos que o crescimento da economia da borracha pôde deslançar. O desenvolvimento econômico da região permitiu ao governo provincial organizar um aparato sanitário mais alinhado às atribuições determinadas pelos regulamentos.

²³ SANTOS, op. cit. p. 195.

Em 1882, JCHP apresentou seu segundo regulamento. A partir dele a Junta buscou alargar seu campo de ação: aumentou o número de efetivos, criando, também, cargos de membros honorários e adjuntos. Assim, os membros efetivos passariam a nove – o Presidente, Vice-Presidente, o Inspetor de Saúde do Porto, dois químicos doutores em medicina. O número de membros honorários era ilimitado, e os adjuntos, sete. Entretanto, esta nova regulamentação logo seria extinta, pois o decreto n. 9554 de 30 de fevereiro de 1886 fechou a Junta Central de Higiene Pública e criou em seu lugar a Inspeção Geral de Higiene. Inicia-se uma nova fase na história da saúde pública brasileira. No Brasil, começa a ganhar forma um novo campo de conhecimento voltado para o estudo e a prevenção das doenças e para o desenvolvimento de formas de atuação nos surtos epidêmicos. Diferentemente das épocas anteriores, a participação do Estado na área de saúde tornou-se geral e não mais se limitou às épocas dos “surtos”, estendendo-se por todos os setores da sociedade.²⁴

O novo regulamento ainda guardava semelhanças ao primeiro, de 1851. Permaneceria sob a responsabilidade das Juntas e das Inspetorias o envio anual de relatórios sanitários à Junta.

No contexto republicano, os estados poderiam criar suas Juntas de Higiene com seus regulamentos próprios, desde que tivessem organizados. Este caminho foi tomado pelo Amazonas que através do Decreto n. 106 de 22 de maio de 1891 criou a Inspeção de Higiene do Estado do Amazonas. A ela, Inspeção, cabia todo o serviço sanitário, o estudo das condições de higiene e saneamento dos espaços públicos, intervindo, quando necessário, também nos privados bem como adotando meios de prevenção e combate a doenças epidêmicas, endêmicas ou contagiosas; a organização e distribuição dos socorros de assistência pública; fiscalização dos estabelecimentos públicos e do exercício da medicina e estatísticas demógrafo-sanitárias.²⁵

Há uma evidência, captada nas leituras documentais, que podemos visualizar, embora confirmando a perspectiva de Cybele Costa, do nível de atuação do presidente de província nos assuntos gerais ligados à organização das secretarias provinciais. Nesses documentos,

²⁴ BERTOLLI FILHO, op. cit. p. 11-14.

CHALHOUB, Sidney, *Cidade Febril*: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁵ COSTA, Cybele, op. cit. p. 59.

encontramos a figura muito presente desse líder que, no mais das vezes, e tendo que resolver problemas de natureza diversa – finanças, fronteiras, imigração, saúde pública etc., detém um papel vital na análise de como se organizava e agiam os serviços de saúde no Amazonas. Lembremos, por exemplo, que, pelo menos de 1852 a 1870 a 1875 aproximadamente, em geral, e se lidos com acurção as vias de sua expressão, as determinações partem dele. Ele é o primeiro observador e planejador de resoluções depurativas para os impasses sob os quais ao Amazonas se encontrava. No Amazonas, ele é o primeiro discutidor, ainda que assessorado por profissionais, que também são nomeados por ele ou pelo Governo Central, dos problemas estruturais. Nesse sentido, ele direcionará e nomeará os profissionais para as atividades fundamentais em exercício nas secretarias da Província.

Deste modo, somos levados a crer que o presidente de província detém um papel central na estrutura administrativa da instituição de saúde no Amazonas. Sua atuação, como dito, é evidente. Ele está encarregado da nomeação dos profissionais que comporão o corpo médico, de engenheiros da Obras Públicas, dos fiscais da Receita, etc. Ele, ainda, se torna uma espécie de mediador entre as colocações do Governo Central e a realidade imediata por que passa a Província que administra. Ainda é encarregado da elaboração de ambulâncias, socorros aos atacados por algum surto epidêmico; as considerações gerais do estado da Província passa por ele, parece-nos que tem a “palavra final”.

Mas ainda é de se dizer que, embora não trabalhe sozinho, seus assessores lhe rendem, de certo modo, submissão, de sorte que suas principais vias de expressão, as *Exposições* sobre determinados litígios por que passa a Província podem ou não ser acatados, mediante o que ele julgar de mais funcional ou urgente para o momento pelo qual vive seu governo.

Essa preponderância de definição do andamento das “coisas da Província”, a partir de 1875, mais ou menos, momento em que o Amazonas começa a assistir a uma transformação saliente na economia, no alto índice populacional, na segurança, com os problemas de criminalidade, isto é, mudanças no modo de vida social, econômico e político como um todo, tenderá a ser atenuada. Os reflexos sociais acarretados do, dia a dia, crescente mundo urbano da Província se tornarão mais intensos e com dimensões bem maiores que outrora. As epidemias, por exemplo, passam a atingir um grande número de óbitos, cemitérios precisam ser abertos ou expandidos e os profissionais ligados às secretarias tendem a galgar cada vez mais uma importância mais acentuada.

Como dito, se em muitos casos as apreciações da JCHP sobre a saúde amazonense é inconsistente no que tange à realidade da Província, parece-nos que é pela Câmara Municipal,

[Digite texto]

e por auxílio da renda interna crescente a cada dia com os avultados lucros da borracha, que os profissionais da medicina, peças-chave na reordenação da cidade, vão atuar com a liberdade dos ditames da Saúde Imperial. Sem obstar, embora creiamos que haja alguma pertinência nessas considerações acerca da administração da saúde no Amazonas, a tentativa malograda de contatar documentos articulados À Câmara Municipal de Manaus, em que, porventura, pudéssemos projetar assuntos referentes aos cemitérios, a organização da saúde e a própria fala dos médicos quanto às suas atuações na Província, não pudemos avançar além disso, hipóteses, conjecturas que, em outro momento ou mesmo por outro pesquisador, poderão ser mais argumentadas com mais apuro.

No entanto, chegamos a confeccionar um fluxograma em que a figura do presidente provincial é posta em panorama, mas foi pautada, embora em documentação rica de alguns temas, tende a ser um tanto que residual, podendo cair em algumas incongruências.

3. CEMITÉRIOS E SEPULTAMENTOS PROVÍNCIA DO AMAZONAS: ESPAÇOS E COSTUMES A DISCIPLINAR

O século XIX desponta no cenário brasileiro como uma fase nova. Ele representa uma etapa transformadora no terreno social, político e econômico do país.²⁶ Dessas mudanças, significativa foi a transferência de d. João VI para o Brasil, e o estabelecimento de instituições centralizadoras que reproduzissem de forma perfeita o antigo regime colonial.²⁷ É ainda nesse período que podemos vislumbrar o empreendimento de um projeto civilizatório brasileiro. No tocante ao campo específico da medicina, caberia à pequena elite médica nacional, agrupada em torno da Sociedade de Medicina (SM) e depois da Academia Imperial de Medicina (AIM), a importante função um arcabouço teórico na área de saúde pública capaz de fundamentar tal projeto, normatizando aspectos sociais e morais da vida de indivíduos. Estas instituições deveriam orientar sobre um tipo de “conduta saudável, regrada e livre de excessos” que, se não fossem seguidas, poderiam levar os indivíduos a um estado de natureza mórbida e incivilizada.²⁸

É ainda em meados do XIX que o cientista ganhara destaque e sobretudo maior independência.²⁹ Sidney Chalhoub considera que o século XIX, sobretudo a partir de 1850, também pode ser conhecido pela germinação de ideias no âmbito da administração e saúde públicas. Para o autor, entre os políticos governantes da época pairava um imaginário regido por dois princípios. O primeiro corresponde à ideia de que existia um ‘caminho da civilização’, ou seja, um modelo de ‘aperfeiçoamento moral e material’ válido para qualquer ‘povo’, cabendo aos governantes o zelo a fim de que tal caminho fosse trilhado pela sociedade que estivesse sob seu domínio. O segundo era de que um dos requisitos essenciais para que uma nação atingisse a ‘grandeza’ e a ‘prosperidade’ dos ‘países mais ‘cultos’ seria a solução dos problemas de higiene pública. E continua, o autor, dizendo que

o resultado dessas duas operações mentais é o processo de configuração dos pressupostos da Higiene como uma ideologia: ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao ‘verdadeiro’ à ‘civilização’, implicam a despolitização da realidade histórica, a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano. Esses princípios gerais se traduzem em técnicas específicas, e somente a submissão da

²⁶ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971. p. 9.

²⁷ SCHWARCZ, Lilia Moritz, op. cit. 1993. p. 23.

²⁸ COSTA, Cybele, op. cit. 36.

²⁹ SCHWARCZ, op. cit. p. 29.

política à técnica poderiam colocar o Brasil no ‘caminho da civilização’. Em suma, tornava-se possível imaginar que haveria uma forma ‘científica – isto é, ‘neutra’, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes.³⁰

Pretendia-se colocar o Brasil no roldão das sociedades ditas civilizadas, assim, era preciso intervir radicalmente nas cidades. Nesse sentido, a cidade passou a ser objeto de reflexões e intervenções, atraindo a atenção de diferentes profissionais, entre eles, os médicos, que criticavam a insalubridade do espaço urbano, resultante das condições de vida e trabalho, do amontoamento da população e da desordem, e identificavam os focos miasmáticos, os locais a intervir, os objetos a sanear. Assim, esses profissionais se tornaram observadores do social, passando a elaborar uma nova leitura da cidade do ponto de vista da saúde.

De acordo com Maria Clélia Lustosa Costa, ao se basearem nas teorias que relacionavam a doença com o meio, natural ou socioeconômico, os médicos ditavam normas de comportamento e organização do espaço urbano bem como definiam localizações mais adequadas para a construção de espaços urbanos, habitações, hospitais, cemitérios, escolas, repartições públicas, praças, jardins, etc. “A partir do século XIX nenhuma intervenção urbana na sociedade ocidental foi feita sem o aparato ideológico das doutrinas higienistas”.³¹

Quando a Província foi instalada em 1852, Manaus ainda não tinha um cemitério adequado do ponto de vista medico-científico. Parece-nos que os sepultamentos, a princípio, eram feitos próximo às igrejas da Matriz e dos Remédios. Entretanto, embora já existindo um cemitério cujo nome remete à própria igreja Remédios, não dispunha de condições, muitas vezes básicas, para o seu devido funcionamento. Em 1854 já podemos visualizar a preocupação do presidente Herculano Ferreira Penna no que tange ao desenvolvimento de algumas obras essenciais para a Província, como a “nova olaria”, o quartel do largo do pelourinho, e o “preparo do antigo cemitério dos Remédios”³²; foi cercado, revitalizado a fim de que ali fossem feitos todos os sepultamentos para que cessasse o “triste e repugnante espetáculo dos enterramentos sem resguardo algum no Largo da antiga Matriz, e em outras paragens da Cidade igualmente freqüentadas”.³³

³⁰ CHALHOUB, op. cit. p. 2-3.

³¹ COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias Médicas e Gestão Urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (1): 57-74, jan.abr. 2004. p. 61.

³² O cemitério dos Remédios localizava-se no entorno das ruas Leovegildo Coelho e dos Andradas, no centro de Manaus.

³³ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Fala Dirigida pelo Presidente Herculano Ferreira Penna*. Barra do Rio Negro: Typ. de M. S. Ramos, 1854. p. 2-3.

Conforme a cidade crescia e as residências iam ocupando ruas ou espaços antes desabitados, “azados”, aproximando-se, por consequência, do cemitério, este era vedado e reaberto em outro local. Mas não apenas esses fatores. O resultado de uma realidade próxima ao aumento demográfico, inchaço da cidade, os freqüentes surtos epidêmicos, aumento significativo de óbitos nessas épocas, lotação dos cemitérios eram traços condenados pela ciência médica do período. O isolamento e as práticas de sepultamentos tidas como corretas estão muito relacionados com o pensamento médico dos membros da administração de saúde pública da época. Na sua luta contra as doenças e causa de proliferação, o médico do século XIX relacionava o ser humano às ações dos fatores físicos. Desenvolveram, desta forma, uma medicina que privilegiava o meio ambiente e sua relação com o homem doente. Ao acreditar que as doenças provinham de fatores físicos como terra, clima, matérias em putrefação etc. e os miasmas que deles emanava; atuavam no sentido de combater essas influências. O isolamento dos cemitérios, característico nesse período, equivalia a afastar do centro urbano essas influências que “possibilitavam as doenças.”³⁴ Ainda em 1854, Ferreira Penna já reconhecia:

Achando-se hoje isolado, poderá elle em poucos annos perder essa essencial condição, se progredir rapidamente a construcção de predios nas ruas que se dirigem á Igreja de N. Senhora dos Remedios; [o cemitério referido situava-se nesses entornos] verificada porém esta hypothese, tambem se apressará o Governo a fazer construir outro em lugar que pareça mais azado.³⁵

O presidente havia mandado vedar, só “depois de ouvido o parecer de pessoas profissionaes”, os enterros no Remédios. E abriu outro em “lugar apropriado na estrada da Caxoeira”, já recebendo corpos em 1856. O cemitério estaria em lugar apropriado em virtude da localização em que se encontrava, à época, distante do centro de urbano de Manaus. Seguramente deva ter sido o Dr. Moreira o conselheiro de Penna, e que com ele projetou a o fechamento do Remédios e a abertura do São José. A presença de um cemitério tão próximo, pensavam os doutores, representava uma ameaça para o estado hígido da Província: poderia elevar sensivelmente o números dos doentes e atuaria na proliferação e atração de doenças.

³⁴ COSTA, Maria Clélia Lustosa, op. cit. 2004.

³⁵ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Fala Dirigida pelo Presidente Herculano Ferreira Penna*. Barra do Rio Negro: Typ. de M. S. Ramos, 1854. p. 2-3.

[Digite texto]

À proporção que o cemitério São José ia ganhando feição, corpos começavam a ser ali inumados, mas sua situação estrutural ainda era precária. Em 1857, João Wilkens de Mattos, em relatório sobre as obras públicas da Província, dizia que estava

entregue a si, [...] todo coberto de mato, excepto em uma pequena área, que tem sido occupada pelas sepulturas. Sem muro, cerca, ou outra qualquer obra, que evite os animaes de o invadirem, estam [estão] suas sepulturas cobertas de pisadas e estrume de gado, que pasta sobre ellas!...Os cadaveres teem por abrigo, antes de descerem aos seus jazigos um roto e immundo palheiro! [...] E tem havido uma tal desordem nos enterramentos, que mui poucas sam [são] as sepulturas que não estejam confundidas. É para deplorar-se um tal indifferentismo!...³⁶

Outros motivos que levaram à demora da construção do São José foram a escassez de mão-de-obra e materiais para sua edificação. O número de obras em andamento no período, a contar as públicas e privadas é relativamente extensa, e, muitas das vezes, materiais destinado a construção ou aperfeiçoamento do cemitério acabavam em outros empreendimentos.



Acima o cemitério São José. É possível, através da imagem, confirmar as palavras de Wilkens Mattos. Notem o estado das sepulturas: pisoteadas e sem identificação. A própria sacralização de um elemento secular, o cemitério, através de simbologias como cruzes sobre túmulos e mausoléus, epitáfios que evocam atributos divinos é a prova de uma relação ainda estreita entre cemitério e a Igreja, mesmo após a sua separação, cujas práticas são redirecionadas e que, portanto, legitimam o profano, dando-lhe sentido religioso. Acervo: Secretaria de Cultura do Estado do Amazonas.³⁷

³⁶ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Exposição feita pelo Presidente da Província João Pedro Dias Vieira, em Fevereiro de 1857*. Manaus: Typ. de Francisco José da Silva Ramos, 1857. p. 6.

O relatório que contém as informações acima está anexado à referida exposição.

³⁷ TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. “Igreja e Cemitério na Província do Rio Grande do Norte: interações entre o sagrado e o profano. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*. ano 05, número 09, 2006, p. 17.

As informações sobre a inauguração do São José são conflitantes. Embora algumas fontes afirmem que o cemitério tenha sido terminado em 1859³⁸, como o relatório deste mesmo ano; em outras, como o relatório de 1866, encontramos a expressão “obra bastante adiantada”.³⁹ Nesse sentido, temos caminhado na hipótese de que o cemitério possa ter sido desativado ainda de todo não completo.

De qualquer modo, pode-se dizer que, se levarmos em consideração as obras que faltavam para a conclusão definitiva do cemitério São José, diríamos que ele nunca ficou plenamente pronto. Precisamos observar que a manutenção e mudanças por que passam o cemitério dividem recursos com outras obras públicas importantes da Província. Se a injeção monetária no Amazonas por parte do Governo Central era parca, esse esquecimento que tanto chamava a atenção dos líderes políticos, acarretou na demora da “finalização das obras”, se é que, no caso, o São José foi de fato terminado, pois até 1870, parece-nos, suas obras ainda se arrastam em virtude de alguns motivos. Diante da dificuldade encontrada pelos dirigentes políticos para a admissão de trabalhadores bastantes e levantamentos de materiais indispensáveis para as obras, acabava gerando esse problema. Como a abertura ou revitalização dos cemitérios, esta última relacionada à dos Remédios, pareciam ter um caráter emergencial. Os elementos tidos, de certo modo, como secundários tendiam a ser finalizados por último, é o caso do “estado lastimozo dos paramentos da Capella [ainda não terminada] do Cemiterio de S. José, e pede um credito para accorrer á essa despeza”.⁴⁰

Essa característica inconclusiva marca grande parte dos cemitérios amazonenses. Pelos Relatórios, pior era a situação das necrópoles das povoações do interior, em que, em geral, se têm cemitérios, sempre um ou, no máximo, dois, e encontram-se em quase completo estado de indiferença por parte da população e dos administradores públicos daqueles locais.

Mas a criação dessas áreas delimitadas para inumação de corpos se liga profundamente a eventos de ordem mais ampla. O grande movimento migratório que assiste o Amazonas, desde 1840, e se agravando em 1870 adiante, encheu Manaus de um contingente populacional sem precedentes até então. Essa população, a mercê que estava dos surtos epidêmicos que de

³⁸ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório Apresentado pela Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, em 3 de Maio de 1859*. Manaus: Typ. de Francisco José da Silva Ramos, 1859. p. 14.

Essas informações se encontram insertas nos anexos do presente relatório.

³⁹ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório feito pelo Presidente da Província Ramos Ferreira, em 5 de Setembro de 1866*. Manaus: Typ. de F. J. S. Ramos, 1866. p. 25.

⁴⁰ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório lido pelo exm.º sr. presidente da Província do Amazonas João Wilkens de Mattos na sessão de abertura da Assembleia Legislativa Provincial a 25 de março de 1870*. Manaus: Typ. do Amazonas, 1870, p. 23.

quando em quando lhes atingia, se viu em sofrimento constante com o cada vez maior número de óbitos. Se as doenças eram intensas, ainda maiores eram as dificuldades em virtude da falta de higiene e de uma medicina propícia, causando alto índice de mortalidade.⁴¹ Nesse sentido, a criação, organização e funcionamento desses novos espaços reservados ao morto, bem como a transferência dos enterros do espaço sagrado das igrejas para os cemitérios reflete uma nova forma, por parte dos higienistas, de compreender o morto e as atitudes diante da morte. Portanto, a criação de cemitérios longe da cidade passa a ser uma preocupação constante.

Por outro lado, e numa perspectiva oficial, o século XIX brasileiro é marcado por um movimento médico-higienista que buscou transformar alguns dos antigos costumes. Deles, o que causava mais antipatia aos administradores das províncias eram os enterros dentro dos templos católicos, traço vivo do mundo colonial. Assim, foi pela Sociedade Médica do Rio de Janeiro – SMRJ, fundada em 1838, que houve a iniciativa de romper com essa prática, visto que, do ponto de vista médico, era de tamanha insalubridade e avessa aos pressupostos civilizatórios.⁴²

Após voltar sua atenção para o lugar do morto, as intervenções político-sanitárias para a higienização e a individualização da morte, levaram à transformação dos costumes fúnebres através das imposições médicas sobre a forma correta a se enterrar. Os sanitaristas asseveravam sobre a distância que deveria haver entre o cemitério e a cidade, a fim de preservar a conduta hígida nos centros urbanos.⁴³

Durante tempos, o São José viu suas obras se arrastarem, como visto, principalmente a sua capela, que parece não ter sido finalizada. Parece, ainda, que o cemitério foi desativado ainda com este elemento religioso, vital para o cristão, ainda em construção. Entretanto, volto a tocar sobre o conflito que se estabelece com relação a este cemitério. Não sabemos ao certo se de fato ele foi concluído ou, se, como somos levados a crer, e a exemplo dos Remédios, cujo processo de preparo apresenta um caráter provisório, que os dois primeiros cemitérios da Capital da Província foram realizados sob traços provisórios. Eles são abertos de acordo com

⁴¹ SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. *Onde a Alma Chora e a Saudade Canta: o discurso médico-sanitarista e a implementação dos cemitérios no Seridó (Século XIX)*. Artigo publicado no página virtual da Universidade Federal de Goiás, acesso em 25 de outubro de 2010, (http://www.ufg.br/this2/uploads/files/112/03_AlcineiaRodrigues_OndeAAlamaChora.pdf), p.5.

⁴² RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 169.

REIS, João José. *A Morte é uma Festa: rituais fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999, p. 133.

⁴³ SANTOS, Alcineia Rodrigues dos, op. cit. p. 26.

a metamorfose social amazonense, obedecendo, a rigor, surtos epidêmicos e, por conseguinte, a elevada mortalidade.

Até 1870, período que assiste à abertura de ambos os cemitérios relatados em Manaus, bem como os existentes nas regiões do interior, há também uma outra modalidade cemiterial, que atende ao enterro de mortos “especiais” que são vítimas de doenças consideradas mais ameaçadoras para a população. De acordo com uma perspectiva médica da época, vítimas de determinadas doenças, como a varíola, por exemplo, deviam ser enterradas em cemitérios específicos e localizados mais isolados que os destinados aos mortos vitimados por doenças de caráter ameno. Temos conhecimento de um cemitério dessa linha, situado em uma área na margem direita do igarapé da Cachoeira Grande. No Lugar, posteriormente, já nos anos da República, se instalaria por completo um novo cemitério, conhecido, hoje, por São João Batista.

Em 1880, o presidente da Província José Clarindo de Queiroz já deixava algumas palavras sobre esse lugar direcionado aos enterros dos variolosos, segundo ele, “mandou-se abrir um cemiterio com 18 metros de frente e 13,5m de fundo, em lugar apropriado, e de acordo com as condições higienicas, abrindo-se uma estrada com 165m de comprimento e 4,4m de largura, entre o cemiterio e as enfermarias (...)”.⁴⁴

O fechamento do São José corresponde à entrada em uma nova era nas políticas de enterramentos que até então eram praticadas. O elevado número de óbitos que atestam os Relatórios provinciais remetem a um cemitério quase lotado. Para se ter um ideia da mortalidade no período, por volta de 1881, a Fala de Satyro de Oliveira Rios, presidente da Província, calcula que, só na Santa Casa de Misericórdia, de 22 de agosto de 1880 a 28 de fevereiro de 1881, isto é, aproximadamente seis meses, já haviam falecido, entre homens, mulheres e menores 116 pessoas, todas vítimas de moléstias: de febre biliosa, febre perniciosa a hepatite.⁴⁵

Outra consideração, agora do presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá, afirma ter morrido, durante os anos de 1880, 1881, uma média assustadora: “O numero dos enterramentos tem sido o seguinte: 80 em 1880 a começar de agosto; 282 no anno de 1881;

⁴⁴ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório com que o exm.º sr. Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, presidente da Província do Amazonas, em 31 de março de 1880*. Manaus: Typ. do Amazonas, 1880, p. 12.

⁴⁵ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Fala do sr. dr. Satyro de Oliveira Dias, presidente da Província do Amazonas, em 4 de abril de 1881*. Manaus: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1881, p. 13.

247 no anno passado, e 67 de janeiro até o fim de fevereiro ultimo”.⁴⁶ Ainda para confirmar tal índice, é que o presidente José Jansen Ferreira Junior dizia que haviam falecido 82 pessoas em 1885. Esses números tendem a aumentar, fazendo com que o São José, por não conseguir mais absorver corpos, chegasse mesmo a entrar no desgosto e reclames da população, porque já estava compartilhando o ambiente urbano com moradias particulares.⁴⁷

Em consequência dos fatores acima explicitados, não demorou para que o S. José lotasse, mas este não é o único motivo que levou os administradores públicos a começarem a projetar seu fechamento. A verdade é que ele já havia sido circunvizinhado por algumas casas e os moradores já exprimiam sua insatisfação acerca dos incômodos que, para eles, acarretava ter de dividir tão proximamente a vista de suas sacadas e janelas com aquele inconveniente. À medida dos documentos da Província, é somente a partir de 1874 que se pode evidenciar uma preocupação quanto a esse tema. Na fala do bacharel Domingos Monteiro Peixoto, presidente de Província neste ano,

Não se pode por mais tempo continuar a faser os enterramentos no actual cemitério d’esta cidade, que alem de achar-se repleto, e segundo a opinião dos medicos em estado de não admitir mais cadáveres, sem prejuízo da saude publica, por não convir fazer exumações de variolosos nos prazos marcados pelos regulamentos, está, pelo desenvolvimento que tem tido a edificação para o lado do norte, quase envolvido pelas habitações.⁴⁸

Foi ordenado pelo presidente que os profissionais médicos e engenheiros que fosse estudado dum lugar apropriado para abertura de outro. Ademais, o que vimos é a mesma relação que outrora ocorreu ao cemitério de Remédios. Diante do crescimento populacional, levado pelo também crescimento econômico, a influência médica com suas teorias ligadas ao meio, sobretudo a miasmática, e sua pressuposição dos fluidos pútridos, bem como a dilatação das cidades colocou os profissionais da medicina em alerta pra um local eu, se antes era tido como isolado do nascente centro urbano de Manaus, agora já chegava a circunvizinhar moradias.

⁴⁶ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da décima sexta legislatura, em 25 de março de 1883 pelo presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá*. Manáos: Typ. do Amazonas, 1883, p. 20.

⁴⁷ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Fala que o exm. sr. dr. José Jansen Ferreira Junior, presidente da Província do Amazonas, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial, em 25 de março de 1885*. Manáos: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1885, p. 1. O exceto citado encontra-se inserto em relatório anexo da Santa Casa de Misericórdia, a 9 de março de 1885.

⁴⁸ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Fala dirigida à Assembleia Provincial do Amazonas em 25 de março de 1874 pelo presidente da Província bacharel Domingos Monteiro Peixoto*. Manáos: Typ. Comércio do Amazonas, 1874, p. 45.

A novidade que se pode encontrar no cemitério que deve substituir o S. José corresponde a um elemento importante para uma sociedade cada vez mais plural. Nos relatórios, encontramos menções sobre a inédita utilidade que se intenta para a necrópole S. João Batista. São das considerações do presidente Domingos Monteiro Peixoto, que apresentou

(...) o plano para a construção de um novo Cemiterio, quadrado, de 220 metros (...) de face, fechado por tres lados com muros de alvenaria de pedra e pela frente por uma grade de ferro, tendo no seo recinto logar reservado para enterramento dos acatholicos.⁴⁹ Vejamos o caráter desse cemitério que, pelo menos em princípio, seria construído de modo a absorver corpos de não católicos. Frisemos que desde o início do século XIX, muitos cemitérios para não católicos tinham sido construídos no Brasil, como o dos Alemães, Ingleses, isto é, grupos de protestantes. Essas distinções na verdade escondiam uma forma de exclusão dos não pertencentes a religião católica.⁵⁰

A idealização e construção do cemitério de São João Batista, projetado para substituir o de São José, ainda que tivesse intenções nobres, no sentido de democratizar o enterro para uma população cada vez mais plural, esbarrou em um problema que o persegue desde as primeiras pretensões de sua abertura. Consta que antes e paralelamente a suas obras, a secretaria de obras públicas, que já atuava sobre a resolução do problema de abastecimento de água para a cidade, e por se encontrar ao lado do lugar delimitado para o campo santo, ainda em virtude de ter as vias de seus lençóis freáticos abaixo do cemitério, gerou intensa discussão sobre a pertinência da abertura do cemitério ou a continuidade dos trabalhos relacionados ao abastecimento de água.⁵¹

Embora esses debates ligados tanto a abertura do cemitério quanto a continuidade dos serviços de água perdurassem por algum tempo, o cemitério acabou sendo inaugurado e nele inumados e remanejados corpos que se encontravam no São José.

⁴⁹ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório com que o exm. Sr. dr. Domingos Monteiro Peixoto entregou a administração da Província ao exm.º Sr. Capitão de Mar e Guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso, em 16d de março de 1875*. Manáos: Typ. Do Comércio do Amazonas, 1875, p. 9.

⁵⁰ BEOZZO, José Oscar. A Igreja frente aos Estados Liberais: 1880-1930. In: *500 Anos de História da Igreja na América Latina*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992, p. 177.

⁵¹ PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório do exm. Sr. dr. Joaquimm Cardoso de Andrade, em 5 de setembro de 1888*. Manáos: Typ. do Comércio do Amazonas, 1888.

CONCLUSÃO

O período de 1850 a 1889 assiste à grandes mudanças na esfera político-social do Brasil. Marcado pela presença centralizadora do Governo Central representada na figura do Imperador, as instituições de saúde pública do Amazonas nasceriam imersas dentro dessas grandes metamorfoses. Se eram reguladas pelas diretrizes da Junta Central de Higiene Pública e posteriormente pela inspetoria de Higiene, instituições reflexos dessa característica centralizadora, a instituição de saúde do Amazonas tenderiam a buscar novas formas para atuar sobre pontos que os regulamentos imperiais não contemplavam. Os médicos, embora poucos inicialmente, é só passando a se mostrar em grande número a partir de 1870, no Amazonas, aliados ao aparelho administrativo, acatarão muitas das diretrizes impostas, inclusive os sepultamentos.

Os projetos modernizadores incorporados pelo Brasil nesse momento objetivavam transformar as cidades, consideradas atrasadas e carregadas dos ranços coloniais. A disciplina e (re)ordenamento das cidades acarretou na germinação de projetos impositores, e como diz Nobert Elias, processos civilizadores em que o estado é o principal agente. A eliminação das marcas coloniais estavam na ordem do dia; demoliram-se casas, abriam-se estradas bem como discursavam sobre uma característica ainda presente nos costumes brasileiros, os sepultamentos exercidos dentro das igrejas. O médico higienista terá um papel importantíssimo, pois será ele quem, amparado pela legitimação do estado, as vezes vai impor uma nova noção de trato do corpo e da higiene. Os sepultamentos nos adros das igrejas, tidos como ameaçadores para a estrada em rumo ao progresso, foram seriamente proibidos.

Deste modo, a abertura de cemitérios na província do Amazonas já é de se esperar. Primeiramente, para acabar com os sepultamentos irregulares, os administradores provinciais logo mandam pôr em condições de uso o cemitério do Remédios. Entretanto, em razão do rápido crescimento por que a cidade vem passando, logo casas e ruas alcançariam, de modo brusco, os limites desse campo santo. Leva-se a cabo outro projeto, o São José, no momento de sua abertura situado, em local relativamente longínquo da cidade, de modo a não se tornar um incômodo à ordem sanitária e a população. Mas o crescimento econômico vertiginoso e a gradativa e surpreendente atração de imigrantes para o Amazonas inchou a cidade, cujas ruas novamente conseguiam alcançar aquela via.

Praticamente mal terminado durante toda a sua vida, logo ele estaria lotado e, com a população às suas margens, visualiza-se preocupação quanto a delimitação de outra área onde se pudesse abrir outro lugar de morada para os mortos.

Nesse sentido, o São João Batista corresponde ao cemitério protagonista do grande momento amazônica, em que se pode ver a sociedade hierarquizada e plural.

Em geral, a abertura de cemitérios, as instituições de saúde do Amazonas e o discurso médico sobre os sepultamentos vinculam-se numa rede de relações na qual a transformação de cada elemento deste estão intimamente ligadas.

FONTES E REFERÊNCIAS

BERTOLLI FILHO, Claudio. *História da Saúde Pública no Brasil*. 4. ed. 11. impr. São Paulo: Ática, 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COE, Agostinho Júnior Holanda. *O Discurso Médico de Transferência dos Enterramentos das Igrejas para os Cemitérios em São Luís (1820-1860)*. XII Encontro Regional de História – Usos do Passado – ANPUH-RJ, 2006.

COSTA, Cybele Moraes da. *Socorros Públicos: as bases da saúde pública na província do Amazonas (1852-1880)*. Dissertação de Mestrado. Manaus, 2008.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias Médicas e Gestão Urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 11 (1): 57-74, jan.abr. 2004.

ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador: formação do estado e civilização*. Tradução da versão inglesa, Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993, volume 2.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. In: _____. *História e Memória*. São Paulo: Unicamp, 1992.

LIMA, Regina Márcia. *A Província do Amazonas e o Sistema Político do Segundo Reinado*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1978.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo-Colônia*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar – A Utopia da Cidade Disciplinar, Brasil (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Autonomia do Amazonas*. Manaus: Ed. Estado do Amazonas, 1965.

REIS, João José. *A Morte é uma Festa: rituais fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. *Onde a Alma Chora e a Saudade Canta: o discurso médico-sanitarista e a implementação dos cemitérios no Seridó (Século XIX)*. Artigo publicado no página virtual da Universidade Federal de Goiás, acesso em 25 de outubro de 2010,

(http://www.ufg.br/this2/uploads/files/112/03_AlcineiaRodrigues_OndeAAlamaChora.pdf).

[Digite texto]

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TEIXEIRA, Rubenilson Brazão. “Igreja e Cemitério na Província do Rio Grande do Norte: interações entre o sagrado e o profano. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*. ano 05, número 09, 2006.

VIANNA, Arthur. *As Epidemias no Pará*. Universidade Federal do Pará: Belém, 1975.

WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

Fontes: Relatórios, Mensagens, Exposições e Falas

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório que João Batista de Figueiredo Tenreiro Aranha fez sobre o Estado da Província do Amazonas depois de sua Instalação*. Amazonas: Typ. de M. da S. Ramos, 1852.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório Apresentado pela Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas, em 3 de Maio de 1859*. Manáos: Typ. de Francisco José da Silva Ramos, 1859.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório feito pelo Presidente da Província Ramos Ferreira, em 5 de Setembro de 1866*. Manáos: Typ. de F. J. S. Ramos, 1866.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Fala Dirigida pelo Presidente da Província Herculano Ferreira Penna*. Barra do Rio Negro: Typ. de M. S. Ramos, 1854.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Fala Dirigida pelo Presidente da Província Angelo Thomaz do Amaral*. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1858.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Fala Dirigida pelo Presidente Manoel Clementino Carneiro a Cunha*. Manaus: Typ. de F. J. da S. Ramos, 1861.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Exposição feita pelo Presidente Herculano Ferreira Penna*. Cidade da Barra: Typ. de M. S. Ramos, 1855.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Exposição feita pelo Presidente da Província João Pedro Dias Vieira, em Fevereiro de 1857*. Manáos: Typ. de Francisco José da Silva Ramos, 1857.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório lido pelo exm.º sr. presidente da Província do Amazonas João Wilkens de Mattos na sessão de abertura da Assembleia Legislativa Provincial a 25 de março de 1870*. Manáos: Typ. do Amazonas, 1870.

[Digite texto]

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório com que o exm.º sr. Tenente Coronel José Clarindo de Queiroz, presidente da Província do Amazonas, em 31 de março de 1880.* Manáos: Typ. do Amazonas, 1880.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Fala do sr. dr. Satyro de Oliveira Dias, presidente da Província do Amazonas, em 4 de abril de 1881.* Manáos: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1881.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da segunda sessão da décima sexta legislatura, em 25 de março de 1883 pelo presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá.* Manáos: Typ. do Amazonas, 1883.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Fala que o exm. sr. dr. José Jansen Ferreira Junior, presidente da Província do Amazonas, dirigiu à Assembleia Legislativa Provincial, em 25 de março de 1885.* Manáos: Typ. do Amazonas de José Carneiro dos Santos, 1885.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório com que o exm. Sr. dr. Domingos Monteiro Peixoto entregou a administração da Província ao exm.º Sr. Capitão de Mar e Guerra Nuno Alves Pereira de Mello Cardoso, em 16 de março de 1875.* Manáos: Typ. Do Comércio do Amazonas, 1875.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Fala dirigida à Assembleia Provincial do Amazonas em 25 de março de 1874 pelo presidente da Província bacharel Domingos Monteiro Peixoto.* Manáos: Typ. Comércio do Amazonas, 1874.

PROVÍNCIA DO AMAZONAS. *Relatório do exm. Sr. dr. Joaquim Cardoso de Andrade, em 5 de setembro de 1888.* Manáos: Typ. do Comércio do Amazonas, 1888.

CRONOGRAMA

Nº	Descrição	ago 2010	set	out	nov	dez	jan 2011	fev	mar	abr	mai	jun	jul
01	Correções e adaptações no projeto	R											
02	Coleta de dados			R	R	R	R	R	R	R			
03	Leitura bibliográfica e teórica	R	R	R	R	R	R	R	R	R			
04	Processamento e análise dos dados						R	R	R	R			
05	Redação do relatório parcial							R	R				
06	Reunião de orientação		R	R	R	R	R	R	R		R	R	
07	Elaboração do resumo e Relatório Final											R	
08	Preparação da Apresentação Final para												R

R: REALIZADO

X: A REALIZAR